

Arqueologia Científica = Salvaguarda, Preservação, Divulgação



www.cta.ipt.pt

N. 11 // dezembro 2019 // Instituto Politécnico de Tomar

PROPRIETÁRIO

Instituto Politécnico de Tomar - Centro das Arqueologias

EDITORA

Ana Pinto da Cruz, Instituto Politécnico de Tomar0

EDIÇÃO E SEDE DE REDACÇÃO

Centro das Arqueologias, Instituto Politécnico de Tomar

DIVULGAÇÃO

Em Linha

DIRECTORES-ADJUNTOS

Helena Moura, Rodrigo Banha da Silva, Vasco Gil Mantas, Thierry Aubry

CONSELHO CIENTÍFICO

Professora Catedrática Doutora Primitiva Bueno Ramírez, Universidad de Alcalá de Henares

Professor Catedrático Doutor Rodrigo Balbín Behrmann, Universidad de Alcalá de Henares

Doutor Rossano Lopes Bastos, Arqueólogo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Superintendência Estadual em Santa Catarina/Brasil (IPHAN/SC)

Doutor e Livre Docente pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade De São Paulo, (MAE/USP)

Doutor Thomas W. Wyrwoll, Forschungsstelle für Archäoikonologische Theriologie und Allgemeine Felsbildkunde (FATAF) / Institut für Theriologie und Anthropologie

DESIGN GRÁFICO

Gabinete de Comunicação e Imagem, Instituto Politécnico de Tomar

PERIODICIDADE

Semestral

ISSN 2183-1386

LATINDEX folio nº 23611

ANOTADA DA ERC | REGISTADA NA INPI

© Os textos são da inteira responsabilidade dos autores





Índice

EDITORIAL Ana Cruz
ESTRANHA EPÍGRAFE NO CONCELHO DE TABUAÇO José d'Encarnação, José Carlos Santos
PESOS DE TEAR ROMANOS, COM GRAFITOS, PROVENIENTES DE TORRES VEDRAS Isabel Luna, José d'Encarnação, Luísa Batalha, Guilherme Cardoso
ANÁLISIS POR DIFRACCIÓN DE RAYOS X DE TERRA SIGILLATA PROCEDENTE UN YACIMIENTO URBANO DE VIGO (PONTEVEDRA) O. Lantes Suárez, R. M. Rodríguez Martínez, J. M. Vázquez Varela
INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA NA MURALHA MEDIEVAL/MODERNA DO CASTELO DE MIRANDA DO DOURO 2018/2019: RESULTADOS FINAIS Rui Pinheiro, Pedro Dâmaso
UN ARCANGELO COME <i>LIMEN</i> : IL SANTUARIO MICAELICO DEL MONTORFANO TRA STRUTTURA ARCHITETTONICA, RAPPRESENTAZIONE FIGURATIVA E SIMBIOSI DEL SEGNO GRAFFITO Gianfranco Massetti, Georgios Dimitriadis, Marise Campos de Souza96
IGREJA DE NOSSA SENHORA DAS NEVES DO CONVENTO DE SÃO FRANCISCO DE OLINDA – PE: ASPECTOS HISTÓRICOS, ARTÍSTICOS E CARACATERIZAÇÃO DO MATERIAL CONSTRUTIVO Fernando Antônio Guerra de Souza, Henry Socrates Lavalle Sullasi
TIJOLOS ARQUEOLÓGICOS AMARELOS INCOMUNS NO BAIRRO DO RECIFE, PERNAMBUCO, BRASIL, SÉC. XVII-XVIII Maria Aparecida da Silva Oliveira, Sergio Francisco Serafim Monteiro da Silva, Ana Catarina Peregrino Torres Ramos
LA DINÁMICA DE LOS CAMBIOS EN EL CENTRO ALFARERO DE GUNDIVÓS (LUGO, GALICIA, ESPAÑA) Alexandre Luis Vázquez-Rodríguez, José Manuel Vázquez Varela173
ACTUACIONES ARQUEOLÓGICAS EN BIENES CULTURALES DE DAIMIEL (CIUDAD REAL) Y SU PROYECCIÓN PARA LA GESTIÓN DEL PATRIMONIO Miguel Torres Mas





EDITORIAL

- O n.º 11 da "*Antrope*" apresenta aos investigadores 9 artigos diferenciados, organizados diacronicamente:
- 1. "Estranha Epígrafe no Concelho de Tabuaço", dedicado à tradução de epígrafe;
- 2. "Pesos de Tear Romanos, com Grafitos, provenientes de Torres Vedras", dedicado a grafitos existentes em pesos de tear. Ambos se reportam ao período Romano em Portugal.

Da Galiza, o artigo 3. "Análisis por Difracción de Rayos x de Terra sigillata Procedente un Yacimiento Urbano de Vigo (Pontevedra)", apresentam a investigação arqueométrica (difração de raios X da mineralogia), de Terra sigillata hispânica e africana cujos resultados permitem concluir a importância do porto de Vigo, enquanto ponto de comércio, entre a Península Ibérica e Marrocos, desde o Alto Império até o final da Antiguidade tardia.

- 4. "Intervenção Arqueológica na Muralha Medieval/Moderna do Castelo de Miranda do Douro 2018/2019: resultados finais", constitui-se como uma intervenção arqueológica cujo obejctivo se reflectiu na requalificação da muralha medieval/moderna do Castelo de Miranda do Douro. De Itália, com base na longa diacronia desde a Pré-História recente até aos séculos XIV e XVI, é-vos apresentado.
- 5. "Un Arcangelo come limen: Il Santuario Micaelico del Montorfano tra Struttura Architettonica, Rappresentazione Figurativa e Simbiosi del Segno Graffito", um complexo iconográfico do santuário do Monte Sant'Angelo, no Gargano.
- 6. "Igreja de Nossa Senhora das Neves do Convento de São Francisco de Olinda PE: Aspectos Históricos, Artísticos e Caracaterização do Material Construtivo" é um artigo brasileiro, cujo conteúdo trata de um Monumento seiscentista, reconhecido com Património da Humanidade, mais propriamente o Convento de São Francisco e a Igreja de Nossa Senhora das Neves.
- 7. "Tijolos Arqueológicos Amarelos incomuns no Bairro do Recife, Pernambuco, Brasil, séc. XVII-XVIII" é também uma contribuição do Brasil integrado no Programa Monumenta, Recife (2006-2007).
- 8. "La Dinámica de los Cambios en el Centro Alfarero de Gundivós (Lugo, Galicia, España)", demonstra-nos através da experimentação, como os tradicionais recipientes cerâmicos populares do século XX galegos, reflectiram na sua produção as crises sociais ocorridas em ambiente rural.
- 9. "Actuaciones Arqueológicas en Bienes Culturales de Daimiel (Ciudad Real) y su Proyección para la Gestión del Patrimonio", destaca a forma como a valorização do Património na aldeia de Daimiel (Castilla-La Mancha/Espanha), realizada através da que a Câmara Municipal de Daimiel, fornece oportunidades sob vários pontos de vista. Os projectos de investigação realizados nos bens arquelógicos de Motilla del Azuer, Venta de Borondo, Puente Viejo e Caleras, são bem disso exemplo a ser seguido em toda a Península Ibérica.

Ana Cruz Tomar, 16 de Dezembro de 2019



- Avances en Arqueometría, 2005. Actas del VI Congreso Ibérico de Arqueometría. 16-19 Nov. 2005. Girona: Universitat de Girona.
- Menéndez-Llorente, A. (1996). Caracterización química y mineralógica de un grupo de *sigillatas* de la comarca de Valdeaorras (Orense). *Minius*. V, 77-95.
- Mirguet, C., Dejoie, C., Roucau, C., De Parseval, PH., Teat, S. J. & Sciau, PH. (2009). Nature and Microestructure of Gallic imitations of sigillata slips from the La Graufesenque workshop. *Archaeometry*. 51(5), 748-762.
- Naveiro López, J. (1991). El comercio antiguo en el NW Peninsular. Lectura Histórica del Registro Arqueológico. *Monografías Urxentes do Museu. Vol. 5.* Edicións do Castro, Sada.
- Oliveira, F., Sequeira Braga, M. A., Prudêncio, M. I., Delgado, M. & Gouveia, M. A. (2005). The "non vitrifiable red slip" ware found in Braga (northwest of Portugal): a mineralogical and chemical characterization. In: Prudêncio, M. I., Dias, M. I. & Waerenborgh, J. C. (eds.). Understanding people trough their pottery. Proceedings of the 7th European Meeting on Ancient Ceramics (EMAC'03). *Trabalhos de Arqueología*. 42, 41-48.
- Picon, M., Carre, C., Cordoliani, M. L., Vichy, M., Hernandez, J. A. & Mignard, J. L. (1975). Composition of the La Graufesenque, Baassac and Montans *Terra Sigillata*. *Archaeometry*. 17(2), 191-199.
- Ramil, A., López, A. J. & Yáñez, (2008). A. Application of artificial neural networks for the rapid classification of archaeological ceramics by means of laser induced breakdown spectroscopy (LIBS). *Applied Physics A*. 92, 197-202.
- Rincón, J. M. & Romero, M. (1995). Archaeometric characterization of "terra sigillata" ceramics from Spain. En Vincenzini, P. (ed.). *The Ceramics Cultural Heritage*. Ed. Faenza-Techna, 325-330.
- Rincón, J. M. (2008). Sello o marcador microestructural en las cerámicas de Terra Sigillata. En: Rovira Llorens, S. [et. al.] (eds.). *Actas del VII Congreso Ibérico de Arqueometría*. Madrid. Ed. Quadro, 288-296.
- Rodríguez Martínez, R.M. (2003). La cerámica romana del solar nº13 de la Plaza de Compostela, Vigo, Pontevedra. *El Museo de Pontevedra*. 57, 11-43. Pontevedra.
- Sciau, Ph., Languille, M. A., Dooryhee, E., Martin, Th. & Vernhet, A. (2005). Studies of the southern Gaul sigillata ceramics, the workshops of La Graufesenque and Montans. In: Prudêncio, M. I.; Dias, M. I. & Waerenborgh, J. C. (eds.). Understanding people through their pottery. Proceedings of the 7th European Meeting on Ancient Ceramics (EMAC´03). *Trabalhos de Arqueología.* 42, 243-249.
- Silva, B. & Guitián, F. (1984). Horizontes B sobre materiales graniticos en Galicia. *Anales de Edafología y Agrobiología*. XLIII, 111-132.
- Zoppi, A., Lofrumento, C.; Castellucci, E. M. & Migliorini, M. G. (2005). The Raman spectrum of hematite: possible indicator for a compositional or firing distinction among *Terra Sigillata wares*. *Annali di Chimica*. 95, 239-246



INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA NA MURALHA MEDIEVAL/MODERNA DO CASTELO DE MIRANDA DO DOURO 2018/2019: RESULTADOS FINAIS

ARCHAEOLOGICAL INTERVENTION IN THE MEDIEVAL/MODERN WALL OF MIRANDA DO DOURO CASTLE 2018/2019: FINAL RESULTS

Recebido a 30 de outubro de 2019 Revisto a 15 de novembro de 2019 Aceite a 25 de novembro de 2019

Rui Pinheiro

Arqueólogo ERA/Omniknos, Arqueologia Lda. ruipinheiro14@sapo.pt

Pedro Dâmaso

Arqueólogo ERA/Omniknos, Arqueologia Lda. damaso.pedro@gmail.com



Resumo

O presente artigo tem como objetivo apresentar os dados mais significativos recolhidos na intervenção arqueológica realizada nas muralhas do Castelo de Miranda do Douro. Esta intervenção foi realizada no âmbito do empreendimento de requalificação da muralha medieval/moderna do Castelo de Miranda do Douro, sendo estes trabalhos realizados no âmbito do projeto "Castelos a Norte" (código NORTE-04-2114_FEDER-00054). Os trabalhos a realizar implicaram a afetação de áreas que poderiam apresentar potencial arqueológico, já que estes se desenvolveram na Área do Castelo de Miranda do Douro Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público - Decreto n.º 40 361, DG, I Série, n.º 228, de 20-10-1955, Portaria de 3-06-1957, publicada no DG, II Série, n.º 185, de 9-08-1957 (com ZNA).

Com estes trabalhos conseguiu-se colocar a descoberto uma série de estruturas militares de diferentes tipologias e cronologias, as quais, numa fase posterior aos trabalhos de escavação, serão fruto de um trabalho de consolidação e restauro para futura musealização.

Os trabalhos foram adjudicados à empresa *ERA*, *Arqueologia S.A*. pela Câmara Municipal de Miranda do Douro, e tiveram como direção científica um dos signatários do artigo, Rui Pinheiro.

Palavras-Chave: Arqueologia Medieval /Arqueologia Moderna; Arquitetura Militar.

Abstract

The present article aims to present the most significant data collected in the archaeological intervention carried out on the walls of Miranda do Douro Castle. This intervention was part of the rehabilitation project of the medieval /modern wall of Miranda do Douro Castle executed within the framework of the project "Northen Castles" (code n° NORTE-04-2114_FEDER-00054). The works took place in areas that were likely to present archaeological potential, namely, those surrounding the Miranda do Douro Castle classified as a PPI - Property of Public Interest – Governments Bill n° 40362, Government Official Journal, I Serial, n° 228, 20-10-1955, Regulation of 3-06-1957, published in GOJ, II serial, n. 185 of 09-08-1957 (as *non aedificandi* area).

This archaeological work uncovered a series of military structures of different typologies and Chronologies (or ages) which will be the object of further intervention to consolidate and preserve for a future museum exhibition.

This work was awarded to the company *Era*, *Arqueologia S.A.* by the City Council of Miranda do Douro and had as Scientific Coordinator, Rui Pinheiro, one of the authors of the present article.

Keywords: Medieval Archeology / Modern; Military Architecture.



1. Apresentação

Este artigo visa apresentar os dados mais significativos recolhidos na intervenção arqueológica realizada nas muralhas do Castelo de Miranda do Douro. Esta intervenção foi realizada no âmbito do empreendimento de requalificação da muralha medieval/moderna do Castelo de Miranda do Douro, sendo estes trabalhos realizados no âmbito do projeto "Castelos a Norte" (código NORTE-04-2114_FEDER-00054). Os trabalhos a realizar implicaram a afetação de áreas que poderiam apresentar potencial arqueológico, já que estes se desenvolveram na Área do Castelo de Miranda do Douro Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público - Decreto n.º 40 361, DG, I Série, n.º 228, de 20-10-1955, Portaria de 3-06-1957, publicada no DG, II Série, n.º 185, de 9-08-1957 (com ZNA).

Com estes trabalhos conseguiu-se colocar a descoberto uma série de estruturas militares de diferentes tipologias e cronologias, as quais, numa fase posterior aos trabalhos de escavação, serão fruto de um trabalho de consolidação e restauro para futura musealização.

A intervenção arqueológica teve como diretores científicos o arqueólogo Francisco Raimundo e o arqueólogo Rui Pinheiro, signatário do presente artigo, executante e responsável pelo trabalho de campo, e foi realizada pela empresa ERA, Arqueologia S.A., sob a coordenação do arqueólogo José Carvalho.

Este artigo contou com a contribuição do arqueólogo Pedro Dâmaso, signatário deste documento e participante nos trabalhos arqueológicos realizados, e do arqueólogo João Hipólito com o desenho gráfico.

Nos trabalhos arqueológicos realizados participaram os arqueólogos Sérgio Amorim, Tiago Gil, Carlos Jorge, Luciano Vilas Boas, João Abrantes e Francisco Leal e o assistente de arqueólogo Eugénio.

Os signatários agradecem aos diversos elementos da Câmara Municipal de Miranda do Douro o contributo e todo o apoio prestado durante a realização desta intervenção.

2. Enquadramento Geográfico

A área onde decorreram os trabalhos arqueológicos está localizada no Nordeste Transmontano, distrito de Bragança, concelho de Miranda do Douro e freguesia de Miranda do Douro. Esta localidade faz fronteira com Espanha, região Castilha/Leão (Mapa 1).

As coordenadas de um ponto central de Miranda são: Lat: 41° 29`48`` N / Long: 6° 16`23`` W / Alt: 674 M





Figura 1. Localização de Miranda do Douro. Fonte: ERA, Arqueologia, S.A.

3. Breve Resenha Histórica

3.1. Miranda do Douro

As origens de Miranda do Douro continuam a levantar algumas dúvidas, mas segundo alguns investigadores com base em alguns achados arqueológicos, há quem atribua as origens de Miranda a um povoado da Idade do Ferro.

De qualquer forma, após a conquista deste território pelos Muçulmanos estes ocuparam-no por cerca de 200 anos, entre os anos de 715/716 e finais do século IX (Barroca, 2009), embora esta fosse uma zona marginal que permaneceu à margem do centro de decisão do Emirado de Córdoba.

Com Afonso III das Astúrias viriam a acontecer as presúrias do Porto em 868, por Vímara Peres, de Chaves em 872, pelo Conde Odório, e de Coimbra pelo Conde Hermenegildo no ano de 872 (Barroca, 2009).

Na fase final do reinado de Afonso III a conquista do Nordeste do atual território português tem avanços significativos com a presúria de Toro em 900, de Burgo de Osma em 912 e de Zamora no ano de 893, fixando a fronteira no vale do Douro.

A conquista do espaço ocupado atualmente por Miranda do Douro não pode ser dissociada da presúria de Zamora em 893, e podemos datá-la como posterior às presúrias do Porto e de Chaves, nos anos de 868-872, e antes da presúria de Zamora (Barroca, 2009).



Com a integração destes vastos territórios viria a surgir uma nova organização territorial assente na criação das Civitaes, grandes unidades territoriais, dirigidas por um Conde ou Dux a partir de um "lugar central", surgindo assim o castelo, estrutura eminentemente militar e grande novidade da Idade Média.

Posteriormente a esta organização territorial surge uma outra, baseada na nobreza local e no castelo românico, denominada por Terras. Assim, os castelos eram denominados por cabeças-de-terras.

Os primeiros reis adotaram esta organização territorial, fortalecendo assim o seu poder, mas com o passar do tempo esta veio a revelar-se ineficaz e, a partir de D. Afonso III, houve uma política distinta com a fundação de novas vilas urbanas.

Este novo modelo organizativo não dispensava a construção de castelos. Assim, é construído o castelo de Miranda do Douro, aproveitando um castelo/estrutura anterior.

Em 18 de Dezembro de 1286 D. Dinis outorga foral, fundando a nova vila de Miranda do Douro, consumando-se assim a transferência do poder do Castelo de Algoso, cabeças-de-terra até ao momento, para o novo castelo de Miranda do Douro.

Em 1297, aquando do Tratado de Alcanices, que define quase em definitivo as nossas fronteiras terrestres, D. Dinis passa por Miranda do Douro e concedendo uma Carta de Privilégios.

D. Fernando, numa tentativa de povoar quer a região, quer a vila, faz desta zona um Couto de Homiziados. D. João I, mais tarde, reforça esta intenção.

D. João I em agradecimento pelo apoio de Miranda à sua causa, na crise de 1383/85 manda fazer vários melhoramentos, incluindo uma potente torre adossada à muralha da Alcáçova, no castelo. Miranda é das poucas vilas transmontanas que apoiam a causa do Mestre de Avis.

No século XV, D. Afonso V manda construir a primeira casa de alfândega, ainda hoje existente, concedendo mais alguns privilégios à Vila de Miranda.

Em 1510, D. Manuel I outorga novo foral à vila de Miranda do Douro.

D. João III, em 1545 pede ao Papa Paulo III a criação de uma nova diocese no Nordeste português, escolhendo a vila de Miranda do Douro para sua sede. O papa, pela Bula Pontífice de 23 de Maio de 1545, cria a diocese de Miranda. Por Carta Régia de 10 de Julho de 1545, D. João III eleva Miranda a cidade, concedendo-lhe o privilégio de enviar procuradores à Corte. A construção da Catedral inicia-se neste reinado.

Entre 1545 e 1640 Miranda assiste a um grande progresso económico e cultural, tornando-se assim na "capital" de Trás-os-Montes e numa importante praça militar.

Em 1640, nas Guerras da Restauração, Miranda apoia D. João IV assistindo-se, por iniciativa do conde de Mesquitela, a uma série de obras para renovação da fortaleza. Neste período existe uma série de escaramuças com Espanha até 1668, altura de consolidação da independência.



Durante a Guerra de Sucessão de Espanha, no reinado de D. João V, Miranda é ocupada em 8 de Julho de 1710, era governador da praça o general Luís Machado, secundado pelo sargento-mor Carlos Pimentel. Em 11 de Março de 1711, Miranda passa novamente para mãos portuguesas.

Em meados de século XVIII, com D. José I a recusar-se a aderir ao Pacto de Família em 1762, Portugal vê-se envolvido na Guerra dos Sete Anos.

Assim, no decurso desta guerra, a 8 de Maio de 1762 Miranda é cercada por um exército espanhol com cerca de 30000 homens, comandado pelo Marquês de Sarriá. Este bombardeia Miranda, dando-se uma enorme explosão do paiol de pólvora, destruindo parte do castelo, muralhas e o casario. Nesta explosão morreu cerca de 1/3 da população de Miranda. Após esta situação, gerou-se um clima de pobreza e insegurança (Mourinho, 1994).

A praça-forte de Miranda é recuperada por tropas portuguesas, comandadas por Friedrich Wilhelm Ernst zu Schaumburg-Lippe, conde de Lippe, no ano seguinte, vindo no dia 10 de Novembro de 1763 a ser assinado o tratado de paz.

Em 1765, D. Frei de Aleixo de Miranda Henriques pede a transferência da sede de bispado para Bragança. O papa Clemente XIV tenta conciliar a situação criando duas dioceses, uma em Miranda e uma outra em Bragança, pela bula em 10-07-1770.

Esta solução durou pouco tempo, já que D. Miguel de Meneses, alegando a ruína e pobreza de Miranda, resignou do cargo.

Por meio de uma nova bula em 27-10-1780, o papa Pio VI integra a diocese de Miranda na diocese de Bragança.

Este fato, juntamente com a destruição provocada pela guerra do Mirandum em 1762, irá levar à ruína e decadência da cidade de Miranda do Douro.

Em 1780 D. Maria I ainda envia a Miranda o sargento-mor de infantaria, José Champalimaud de Naussane, para analisar os danos infligidos, quer às estruturas militares, quer às civis, e propor um plano de recuperação e reconstrução. Porém, com as vicissitudes políticas do século XIX (invasões napoleónicas, fuga da corte para o Brasil, guerras civis, etc.) a construção/reconstrução do novo quartel e estruturas defensivas nunca chegou a acontecer.

Assim, o castelo de Miranda entra num lento processo de abandono e de ruína. Quer o castelo, quer o recinto amuralhado de Miranda do Douro irá chegar ao século XX com importantes destruições.

Só em meados do século XX, com a construção dos aproveitamentos hidroelétricos das barragens de Miranda e Picote, é que a cidade de Miranda ganha um novo dinamismo.



3.2. Do Castelo Medieval à Fortaleza Abaluartada

Os castelos, estrutura militar com origem na Idade Média, fazem parte da nossa memória coletiva, do nosso imaginário. Ao contrário das fortificações anteriores, que envolviam um povoado/cidade, foram concebidos não para fortificar um povoado, mas sim para albergar um contingente militar.

O aparecimento dos Castelos no atual território nacional prende-se com a nossa história política e com o processo de conquista/reconquista de territórios aos Muçulmanos (Barroca, 1991).

Numa altura de grande instabilidade, os Castelos tiveram um papel importantíssimo, quer na defesa dos novos territórios conquistados quer na própria dinamização desses mesmos territórios, possibilitando assim o povoamento e a fixação da população nos novos territórios conquistados.

Com o povoamento a tornar-se mais disperso durante a Idade Média, o amuralhamento apenas permitia a segurança de uma parte da população. Assim, neste período, para além da necessidade de construção de muralhas para defesa dos principais centros urbanos/aglomerados populacionais, houve a necessidade de criar uma vasta rede de castelos para defesa do território (Barroca, 1991).

Com o avanço da conquista para Sul, existe um esforço, quer na construção de novos castelos, quer no restauro de castelos já existentes, para assegurar a presença efetiva do novo poder.

As Ordens Militares presentes no território nacional tiveram um papel importante na conquista dos novos territórios, na sua defesa, no seu povoamento e sua exploração económica. Neste contexto temos de destacar os Templários e o seu Mestre D. Gualdim Pais.

Com o fim da reconquista dos territórios aos muçulmanos e com a assinatura do tratado de Alcanices, que define as nossas fronteiras terrestres, em 1297, o esforço de construção e manutenção dos castelos no território nacional passa para a zona de fronteira com Castela, não descurando também as principais vias de penetração e de acesso às principais cidades do reino, dando-se relevo a Lisboa, cidade chave no Portugal medieval (Monteiro, 2002).

Os castelos foram construídos em locais com importância estratégica – zonas de fronteira, cidades importantes, junto a vias de comunicação, etc. – aproveitando, por vezes, condições naturais de defesa.

Estes castelos funcionavam em "rede", isto é, defendiam-se à distância quer com outros castelos, quer com atalaias ou torres isoladas, conseguindo-se assim dominar visualmente um território bastante amplo.

No atual território nacional, o castelo surge-nos no início do movimento da Reconquista Cristã. No Entre-Douro-e-Minho os castelos começam a surgir em meados do século IX, multiplicando-se nos séculos X e XI e estendendo-se nesta altura a outras zonas. Este movimento de encastelamento foi provocado pelo sentimento de



insegurança e do medo trazido pelas incursões Normandas e Muçulmanas, o que levou à criação deste novo tipo de construção exclusivamente militar.

Estes primeiros castelos, denominados castelos roqueiros, eram estruturas simples. Eram construídos por iniciativa local, com muros de pedra seca e toscamente aparelhada, recorrendo também à construção de fossos e desaterros para edificar paredes em terra/taludes (Monteiro, 2002). Tiravam partido das condições geomorfológicas dos terrenos onde eram construídos, fazendo uso de locais elevados ou afloramentos graníticos, e tinham uma dimensão pequena, o que facilitava a sua defesa e a própria construção e manutenção.

Para além da construção destes castelos de iniciativa local, este processo de encastelamento deu origem a um outro tipo de Castelo mais raro e de soluções arquitetónicas mais elaboradas. Este tipo de castelo, denominado de iniciativa condal, tinha plantas retangulares ou sub quadrangulares.

Como exemplo de um castelo roqueiro temos o castelo de Penela, atual torre de menagem, e como castelo de origem condal temo o exemplo do castelo de Trancoso e do castelo de Guimarães, construído para proteção do mosteiro (Monteiro, 2002).

É rara a existência de castelos destes períodos, uma vez que, para além da sua fragilidade estrutural condicionar a sua conservação, estes foram "destruídos" pelas reformas posteriores, Românica e Gótica.

Nos séculos XII/XIII verifica-se uma evolução na construção dos castelos. A partir do século XII verificamos o aparecimento do castelo românico, onde se nota influências de outros países, algumas difíceis de se ver e avaliar, mas outras mais fáceis de identificar. No entanto, o grande contributo para o desenvolvimento do castelo românico em Portugal foi a Ordem dos Templários com o seu mestre D. Gualdim Pais. Os conhecimentos a nível de arquitetura militar detidos por esta Ordem Militar eram bastante avançados para a época (Monteiro, 2002).

Assim, o castelo românico é construído para resistir aos cercos, tendo por isso uma postura de defesa passiva, com muros altos e largos. Para além da imponência dos seus muros o castelo teria que ter água armazenada para resistir aos cercos, daí a existência de cisternas no interior dos castelos.

Este tinha geralmente duas portas, a principal e a da traição, já que as aberturas na muralha constituíam pontos fracos para a sua defesa. No topo da muralha existia o adarve, ou caminho de ronda, que era protegido pelas ameias, que eram aproximadamente da mesma dimensão das abertas. O número de torreões adossados à muralha, geralmente quadrangulares, aumentou, quebrando os longos panos de muralha e possibilitando a defesa dos ângulos mais pronunciados.

Neste período começam a desenvolver-se sistemas de tiro como as seteiras, e surge, através da influência dos Templários, o Alambor. Aos Templários também se associa o mais antigo exemplo de um hurdício.

O castelo gótico, cuja entrada em Portugal é tardia, finais do século XIII, surgenos por influência de D. Afonso IIII, rei que viveu em França.



Esta sua estadia em França vai refletir-se em influências quer na arquitetura militar, quer na civil.

Estes sinais de mudança surgem quer com a reforma de alguns castelos raianos, quer com a construção do primeiro balcão de matacães em Melgaço, no ano de 1263 (Monteiro, 2002). Mas só no reinado de D. Dinis, com o desejo do rei de a coroa controlar efetivamente as fortalezas e fazer a manutenção destas, é que as influências da arquitetura militar gótica se fazem efetivamente sentir. Este movimento de construção/restauro também tem que ver com a assinatura do tratado de Alcanices em 1279, que, tal como já referimos, define praticamente em definitivo as fronteiras terrestres de Portugal. D. Dinis valorizou os castelos que tivessem uma importância estratégica na nova organização fronteiriça do reino (Monteiro, 2002)

A grande diferença entre o castelo gótico e o castelo românico foi a passagem para uma "defesa passiva" deste último, em detrimento de uma "defesa ativa" do primeiro. Esta mudança foi provocada também por uma nova forma de atacar, passando de uma guerra de cerco para um novo tipo de guerra em que se é mais ativo e se usa mais máquinas de assalto.

Com esta mudança da arte de fazer a guerra, os castelos também se modificam e passam a serem pensados e construídos para contra-atacar as forças inimigas, confiando nas suas próprias capacidades.

Assim, este novo tipo de castelo deixa de depender da orografia, surgindo castelos mesmo em zonas planas, como o castelo de Mourão.

As principais novidades do castelo gótico foram:

O alargamento do adarve/caminho de ronda, facilitando a movimentação das tropas.

As escadas de acesso ao adarve, em vez de rasgadas na própria muralha, passam a ser construídas com maciços exteriores à muralha.

As ameias ficam mais baixas e mais largas, reduzindo-se assim o espaço aberto entre elas, melhorando as condições de defesa/ataque dos atiradores.

Os mecanismos de tiro foram melhorados. As seteiras deixam de serem apenas verticais para também passarem a serem cruciformes, adaptadas ao tiro com arco e flecha.

As torres adossadas às muralhas multiplicam-se, possibilitando o tiro cruzado, reduzindo os ângulos mortos entre as torres.

Começaram a surgir os cubelos, torreões redondos, mais resistentes e mais económicos de construir. Este tipo de construção é mais comum no Sul de Portugal, onde a pedra é mais fraca e a influência muçulmana, almóada, foi mais dominante.

As torres de menagem passam a estar adossadas ao pano de muralha, defendendo zonas mais vulneráveis da mesma, tomando posteriormente áreas



residenciais/apalaçadas, onde se abrem amplas janelas, tais como Estremoz ou Beja, muitas delas ligadas a D. João I (Monteiro, 2002).

Com o começo do uso da artilharia pirobalística e uso de armas de fogo, no século XV, os castelos tornam a sofrer adaptações. Esta mudança de paradigma levou à redução da altura das muralhas e ao seu engrossamento. Desta forma as muralhas passaram a ser um alvo menor para a artilharia inimiga, reforçando a sua capacidade de resistência aos embates dos projeteis inimigos.

Verificou-se igualmente a tendência de reforçar as barreiras avançadas, como as barbacãs, sendo estas uma preciosa barragem ao fogo rasante inimigo, criando-se condições para o aparecimento dos primeiros baluartes, com os seus formatos angulosos, por vezes reforçados em escarpas íngremes, dificultando assim as abordagens diretas e provocando também o ressalto dos projeteis inimigos.

Para além destas adaptações para resistir ao fogo inimigo, os castelos também sofrem adaptações para acolher no interior as novas armas de fogo. Para isso abrem-se nas velhas seteiras as troeiras/troneiras para o disparo das bocas-de-fogo. Mais tarde, irá começar a construir-se as casamatas para acolher as novas bocas-de-fogo devidamente colocadas na posição de disparo (Monteiro, 2002).

Esta mudança não foi repentina; durante um largo período temporal as novas armas de fogo e novas práticas bélicas convivem com a antiga arte da guerra.

Aos poucos e poucos caminha-se do castelo, fortificação medieval, para a fortificação abaluartada, característica da época moderna.

4. A Intervenção Arqueológica: principais dados

Os trabalhos de escavação arqueológica começaram no dia 5 de Novembro de 2018 e terminaram no dia 31 de Março de 2019, perfazendo um total de 88 dias úteis de trabalho.

Intervencionou-se 1045 m². Numa primeira fase - primeira semana - os trabalhos consistiram na abertura de 3 sondagens numa zona na base da encosta Norte do Castelo, sector 1.

Estas sondagens totalizaram um total de $22m^2$, tendo as sondagens 1 e $29m^2$ cada uma e a sondagem $34m^2$.

A segunda fase dos trabalhos - iniciada a 12 de Novembro de 2018 - consistiu na abertura da sondagem 04. Esta área, sector 2, terminou com 1023 m² escavados (Mapa 2).





Figura 2. Localização da área de intervenção, dos setores e das respetivas sondagens em excerto de imagem de satélite. Fonte: ERA, Arqueologia S.A. e Google Earth.

4.1. Setor 1

Das três sondagens realizadas no setor 01, os dados mais significativos foram o aparecimento de uma estrutura constituída por uma argamassa de coloração rosada UE [104], interpretada por nós como fazendo parte do Hornaveque, estrutura situada junto às portas de S. António, construída nos inícios do século XVIII (Figura 3).



Figura 3. Plano final da sondagem 1. Fonte: Autores.



Nas sondagens 2 e 3 pôs-se a descoberto um piso que poderá corresponder ao nível de circulação existente no interior do Hornaveque, unidades [202] e [304] (Figura 4).



Figura 4. Plano final da sondagem 2; vista do nível de empedrado. Fonte: Autores.

Na sondagem 3 também se escavou um nível de incêndio, [303], que cobria o nível de circulação anteriormente referido. Podemos associar este nível de incêndio ao episódio da Guerra do Mirandum, que aconteceu no dia 12 de Maio de 1762 na sequência da Guerra dos Sete Anos (Figura 5).



Figura 5. Plano final da sondagem 3. Fonte: Autores.



4.2. Setor 2

A sondagem 4, com 1023 m², tal como esperado, foi bastante profícua em dados arqueológicos, conseguindo-se detetar parte do sistema defensivo da cidade de Miranda do Douro e a sua evolução.

A escavação desta sondagem, depois de aferir os contextos presentes, foi feita, quer por meios mecânicos, quer por meios manuais, conforme as realidades presentes.

Após a retirada da unidade [400], terra vegetal de coloração castanha escura, e do desmonte de dois muros de contenção/construção das leiras existentes, [402] e [419], escavou-se uma série de níveis de aterro de coloração castanha clara, de matriz arenosa, bastante compactos, [401], [404], [406] e [408]. Estes níveis de aterros podemos datar, grosso modo, como sendo dos finais do século XVIII, início do século XIX (Figura 6).



Figura 6. Vista do plano inicial da sondagem 4. Fonte: Autores.

Após a escavação da UE [408], e depois de ficar o topo da muralha medieval definida, ficamos com duas áreas perfeitamente definidas na sondagem 04: uma área extramuros (Figura 7).





Figura 7. Trabalhos de limpeza e definição da UE [412]. Fonte: Autores.

e uma área intramuros (Figura 8).



Figura 8. Área intramuros; trabalhos de definição das unidades [409] e [414]. Fonte: Autores.

Na zona intramuros, após a escavação da unidade [408], detetaram-se diversos níveis de aterro que podemos datar como posteriores à Guerra do Mirandum, realizada no âmbito da Guerra dos Sete anos, em 1762.



Com a retirada destes níveis começou-se a pôr a descoberto, no limite Sul da área da escavação, uma estrutura, unidade [410], interpretada como uma bancada de tiro. Já na planta realizada no dia 12 de Maio de 1762, por parte do exército Espanhol, esta zona aparece referenciada como uma bateria que defende o hornaveque (Figura 9).



Figura 9. Planta Espanhola de Miranda do Douro elaborada em maio de 1762, onde se encontra representada a bancada de tiro. Fonte: Biblioteca Digital Hispánica.

Esta estrutura, bancada de tiro, tem uma orientação E-W, aproximadamente, e é constituída por alvenaria de pedra aparelhada, tendo como ligante uma argamassa de barro e cal. O comprimento da bancada de tiro é de 50,40m, a altura máxima conservada é de 3,30m, tendo 1m de largura. A bancada apresenta pequenos orifícios de 3,25m em 3,25m, sendo a dimensão destes de 20cm x 20cm. Estes orifícios serviriam para o disparo de armas de fogo. Esta estrutura deverá ter sido construída entre os meados do século XVII a meados do século XVIII (Figuras 7 e 8).





Figura 7. Perspetiva NE da bancada de tiro. Fonte: Autores.



Figura 8. Pormenor do alçado e dos orifícios para disparo de armas de fogo da bancada de tiro. Fonte: Autores.

Esta estrutura sofre uma reformulação na zona Oeste, unidade [471], em que se nota um rearranjo da bancada de tiro, notando-se que este rearranjo não é tão cuidado como a construção da própria bancada de tiro. Terá sido este feito já num período de guerra ou de instabilidade? (Figura 9).





Figura 9. UE [471]; pormenor da reformulação da bancada de tiro. Fonte: Autores.

Com a escavação da UE [416], terra de coloração castanha clara, compacta, último sedimento a encostar à bancada de tiro, surge uma outra estrutura, unidade [430], construída por alvenaria de pedra aparelhada, de pequena e média dimensão. Esta estrutura é constituída por aparelho insosso, não tem nenhum tipo de argamassa como ligante, e é paralela à muralha medieval. Esta estrutura tem 38,20m de comprimento, 1,30m de largura e altura máxima conservada de 1,10m. O embasamento desta estrutura é feito por uma pequena camada de argamassa de cal e saibro. A funcionalidade desta estrutura não foi possível de aferir, nem esta se encontra referenciada em nenhuma planta por nós consultada, mas muito provavelmente terá sido uma adaptação, nesta zona do Castelo de Miranda do Douro, ao uso da pirobalística: uma primeira bancada de tiro? (Figuras 10 e 11).





Figura 10. Vista do muro de pedra seca UE [430]. Fonte: Autores.



Figura 11. Pormenor do alçado da UE [430]. Fonte: Autores.

Estratigraficamente, esta estrutura em aparelho insosso, [430], é anterior à bancada de tiro, já que esta se sobrepõe à primeira. Cronologicamente, a estrutura identificada com a unidade [430] deverá ter sido construída entre os séculos XVI e XVII.

Entre estas duas estruturas, unidades [410] e [430], temos umas pedras fincadas [427] que foram primeiramente interpretadas como um mero derrube. Após o começo



do desmonte do derrube é que nos foi possível aperceber que estas pedras fincadas fazem parte do próprio sistema defensivo da bancada de tiro. Este conjunto de pedras fincadas/imbricadas serviam para evitar, quer os ataques da infantaria inimiga, quer o escalonamento, por parte desta, da bancada de tiro. A concentração destas pedras fincadas tornava praticamente impossível a circulação de pessoas ou o uso de escadas para o escalonamento da própria bancada de tiro (Figuras 12 e 13).



Figura 12. Vista das pedras fincadas, UE [427]. Fonte: Autores.





Figura 13. Fotografia da UE [427]. Fonte: Autores.

Estas pedras fincadas, [427], também são cobertas também pela UE [416]. Sob estas pedras fincadas existe um nível de circulação em terra batida [429] associado à estrutura identificada com a UE [430].



Após a retirada da unidade [415] definiu- o topo da UE [425], sedimento de coloração castanha, heterogénea. Este sedimento está sob o muro de pedra seca, unidade [430], e cobre quer o substrato geológico, [434], quer a vala de fundação da muralha medieval, quer o enchimento de dois buracos de poste.

A UE [425] apoia-se em duas estruturas identificadas com as unidades [443] e [444]. A unidade [443] é um arranque de um muro, que corta a muralha de cronologia medieval. Esta é constituída por alvenaria de silhares aparelhados, com marca de canteiro, e argamassados com um ligante de cal e de coloração esbranquiçada. Associado a esta estrutura temos um lajeado/empedrado, construído por lajetas de pequena e média dimensão. Quer este lajeado, quer a estrutura, serão provavelmente obra de D. João I, quando este promove melhoramentos na praça-forte de Miranda do Douro pelo apoio que esta praça deu ao mestre aquando da crise de 1383/1385 (Figura 14).



Figura 14. Pormenor das reformulações da 1ª metade do século XV; unidades [443] e [444]. Fonte: Autores.

Do enchimento, UE [431], da vala de fundação da muralha [413], para além da amostra de sedimento, recolheu-se alguns fragmentos de cerâmica comum de cronologia medieval. O interface vertical de abertura da vala, UE [432], tem um perfil em "U", sendo paralelo à própria muralha.

Próximo da vala de fundação da muralha definiu-se o topo do enchimento de dois buracos de poste, unidade [433]. Estes dois interfaces verticais de boca ovalada, unidades [435] e [436], têm cerca de 1,10m de diâmetro e uma profundidade que varia



entre os 18cm e os 30cm. Estes buracos de poste, pela sua dimensão e localização, muito provavelmente terão feito parte de um sistema de elevação para a construção da muralha (Figura 15).



Figura 15. Vala de fundação da muralha medieval, UE [432]. Fonte: Autores.

A muralha, de cronologia medieval, tem 65,5m de comprimento, 2,90m de largura e como altura máxima conservada, no alçado interno tem 1,85m, e no alçado externo cerca de 1,75m (Figuras 16 e 17).



Foto 16. Área intramuros; vista de SW. Pormenor do alçado sul da muralha Fonte: Autores.





Figura 17. Muralha medieval. Vista W-E. Fonte: Autores.

O aparelho da muralha é pseudo-isódomo, embora esta tenha aparelho em "cotovelo", quer no paramento interno, quer no paramento externo. Neste último também temos alvenaria com "rolhas" (Figuras 18 e 19).





Figura 18. Aparelho "pré-românico" ou "proto-românico". Fonte: Autores.



Figura 19. Alçado externo com aparelho tipo "rolhas". Fonte: Autores.

O interior da muralha é preenchido com pedra aparelhada de tamanho variável e com argila misturada com terra, tendo esta mistura uma coloração avermelhada. No

alçado interno existem vestígios - três degraus - da escada que dava acesso ao adarve (Figura 20).



Figura 20. Escadas de acesso ao adarve. Fonte: Autores.

A existência destes dois tipos de aparelho, "cotovelos" e "rolhas", indicam-nos que, pelo menos em alguns trechos da muralha, a construção desta poderá ser anterior à fundação dionisina. Segundo Barroca (2009), esta melhoria/evolução do aparelho de construção, afastando-se cada vez mais do aparelho pré-românico, evitando o aparelho com cotovelos muito pronunciados, uma maior regularização deste pode-se designar por aparelho Proto-Românico.

Nesta fase também vamos assistir a uma maior complexificação da arquitetura dos próprios castelos, começando estes a adotar torreões para flanqueamento dos seus próprios muros. Os castelos de iniciativa local, isto é, de iniciativa por parte das populações, tendem a desaparecer. Esta mudança, segundo Barroca (2009), acontece em meados do século XI, prolongando-se até ao século XII.

Assim, com os vestígios arqueológicos que temos poderemos datar, pelo menos em alguns trechos, a fundação da muralha em finais do século XI /inícios do XII.

Do lado exterior à muralha, zona extramuros, após a remoção da UE [408] pusemos à mostra o sedimento [412] que cobria os derrubes localizados nessa mesma zona. Estes, unidades [422], [423] e [424], correspondem a momentos e ações diferentes (Figura 21).





Figura 21. Vista da aérea sobre os derrubes identificados com as unidades [422], [423] e [424]. Fonte: ERA, Arqueologia S.A.

Na zona Oeste da sondagem, após a retirada da UE [400], detetou-se um grande interface vertical/vala de cronologia contemporânea, unidade [439], que era cheia pelas terras vegetais de coloração castanha que compõem a UE [400].

O derrube identificado como unidade [422] parece-nos fruto da ruína/abandono da própria estrutura defensiva/muralha, já que as pedras que o compõem tem uma pendente natural. A unidade [423], pela disposição das pedras, leva-nos a acreditar que é fruto do saque/retirada de pedras do local para a construção de edifícios em outras partes da cidade de Miranda do Douro. A unidade identificada pela EU [424], derrube constituído por alvenaria de silhares aparelhados, ainda tinha "in situ" as aduelas que compunham o arco da porta que dava acesso à liça; área está situada entre a muralha e a barbacã, sendo este derrube envolto num sedimento de coloração esbranquiçada com vestígios de cal e argamassas. Este derrube, [424], muito provavelmente será fruto da destruição causada pelo exercito Espanhol na Guerra do Mirandum em 1762 (Figura 22).





Figura 22. Pormenor das aduelas após os trabalhos de escavação, UE [440]. Fonte: Autores.



Figura 23. Ilustração castelhana de 1762 sobre Miranda do Douro. Neste documento encontra-se ainda representado o Forte de Torregamones. Fonte: Biblioteca Digital Hispánica



Dos derrubes identificados com as unidades [422] e [423], recolheram-se vários silhares siglados e com aparelho pré-românico. Posteriormente, fez-se o levantamento dessas mesmas siglas. Sob os derrubes identificados com as unidades [422] e [423], situados na zona da liça, escavou-se um sedimento de coloração acinzentada, de matriz arenosa, heterogénea à qual foi atribuída a UE [426]. Esta cobria quer o empedrado [442], que compõe a liça, quer a estrutura identificada como a barbacã [456] (Figura 23).

O empedrado, constituído por pedra aparelhada e seixos, tem marcas de rodado, notando-se estas, principalmente, junto à porta de acesso ao interior da liça e nota-se no seu percurso vestígios, marcas dos seus rearranjos.

A barbacã foi construída parcialmente sobre uma outra possível estrutura mais antiga, UE [472], embora não nos tenha sido possível ver a sua morfologia, funcionalidade nem a sua cronologia (Figuras 24 e 25).



Figura 24. Perspetiva de NW sobre o empedrado identificado com a unidade [442]. Fonte: Autores.





Figura 25. Muro da barbacã datado do século XV, UE [456]. Fonte: Autores.



Figura 26. Vista aérea sobre a sondagem 4, ainda sem a zona este da sondagem estar terminada. Fonte: Autores.



O derrube identificado pela unidade [424] cobre um sedimento [457] também de coloração esbranquiçada, de matriz arenosa, que faria parte do mesmo momento de destruição provocado pelo episódio da Guerra do Mirandum, em 1762.

Destas unidades, [424] e [457], recolheu-se vários fragmentos de cornija e alguns fragmentos de um balcão. Estas duas unidades cobrem, quer a porta de acesso à liça, a continuação do caminho/empedrado para o exterior desta, quer enche um vestíbulo situado no exterior da liça e que daria acesso a esta.

Da porta [464] está conservada a ombreira Norte, a soleira sobrelevada para controlo dos veículos, o corte no substrato geológico para construção da ombreira Sul e os dois gongos em ferro das portas de madeira. Estas teriam cerca de 1,40m de largura cada uma. Os dois muros, Sul e Norte, que compõem a parede onde a porta estaria construída, são construídos por alvenaria de silhares aparelhados, sendo o seu interior preenchido por pedra aparelhada argamassada com um ligante de cal. O comprimento máximo desta estrutura é de 8,90m, a largura máxima conservada é de 1,35m, e a altura máxima é de 1,07m. O muro situado a Norte da porta está mais bem conservado do que o que está localizado a Sul desta. A distância entre gongos é de 2,80m.

O caminho, exterior à estrutura anteriormente descrita, é a continuação do empedrado localizado no interior da liça, apresentando o mesmo modelo construtivo. Nesta zona, devido à forte inclinação/pendente do terreno, as marcas de rodado são bastante profundas/vincadas. Este caminho é ladeado por um corte no substrato geológico, UE [466], formando um pequeno vestíbulo no exterior da porta de acesso ao interior da liça (Figuras 27 e 28).



Figura 27. Porta de acesso ao interior da liça; vista exterior. Fonte: Autores.





Figura 28. Vista sobre o "vestíbulo" e rebaixamento no geológico. Unidades [466] e [473]. Fonte: Autores.

Entre este vestíbulo e a muralha existe um pequeno rebaixamento no substrato geológico, UE [473], que nos parece de origem antrópica e que serviria para melhorar a defesa da própria muralha.

A Oeste do vestíbulo e do caminho anteriormente descrito, exumou-se 4 estruturas que fazem parte do sistema defensivo de Miranda do Douro. Três destas estruturas podem ser datadas do fim da Idade Média/Idade Moderna, e uma quarta provavelmente de cronologia medieval.

As estruturas identificadas com as unidades [460] e [462] formam uma pequena porta/passagem (Figura 29).





Figura 29. UE [462]. Perspetiva S-N. Estrutura datada da 2ª metade do século XV. Fonte: Autores.

O muro/estrutura, com a unidade [460], com uma orientação S-N, aproximadamente, é construído por alvenaria de silhares aparelhados, tendo como ligante uma argamassa de cal e saibro. O interior/miolo da estrutura é constituído por pedra aparelhada, tem como comprimento máximo 1,40m, 1,25m de largura e como altura máxima conservada 50cm. Esta estrutura é o cunhal da estrutura onde estão abertas as troneiras localizadas a NW da sondagem (Figuras 30 e 31).

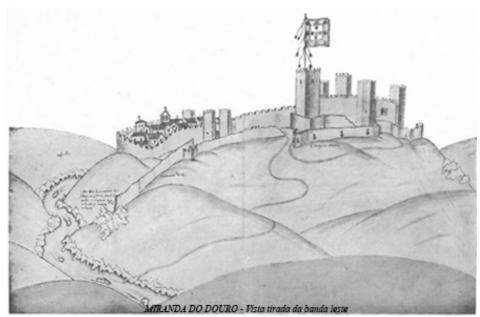


Figura 30. Vista sobre Miranda do Douro elaborada por Duarte de Armas em 1509. Na ilustração vê-se as portas de S. António, a barbacã, a parede onde foram abertas as troneiras, o castelo com as suas torres e a couraça que permitia o acesso ao rio. Fonte:

Armas, 2006.



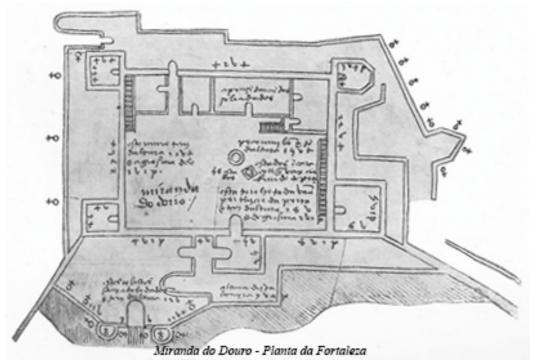


Figura 31. Planta do castelo de Miranda do Douro desenhado pelo Duarte de Armas. Fonte: Armas, 2006.

A estrutura identificada com a unidade estratigráfica [462], provavelmente coetânea da estrutura anteriormente descrita, tem uma orientação S-N, aproximadamente, e é constituída por alvenaria de silhares aparelhados, sendo o seu interior preenchido com pedra aparelhada e tendo como ligante uma argamassa de cal, notando-se ainda o seu embasamento. Esta estrutura corta, quer a muralha de cronologia medieval, quer a reformulação da 1ª metade do século XV, obra de D. João I.

Associadas a estas duas estruturas temos um nível de circulação argamassado com cal, [470] e um pequeno derrube constituído por pedras aparelhadas e argamassas de cal [461]. Este derrube cobria a unidade [453], um sedimento de coloração castanha avermelhada de matriz areno-argilosa.

Estas duas estruturas, [460] [462], e a porta formada por elas, podemos datar da 2ª metade do século XV num contexto de adaptação do castelo de Miranda do Douro às novas artes de fazer a guerra.

Com a construção das duas últimas estruturas, a própria muralha medieval sofreu uma reformulação, UE [469].

Posteriormente, na Idade Moderna, a esta reformulação é adossada uma outra estrutura, UE [451], constituída por alvenaria de pedra aparelhada, tendo como ligante uma argamassa de cal e saibro. Esta estrutura tem 6,80m de comprimento, 1,35m de largura máxima e 40cm de altura conservada. Este muro/estrutura não está representado em nenhuma planta por nós consultada, mas com certeza faria parte da fortaleza/castelo de Miranda do Douro na Idade Moderna (Figura 32).





Figura 32. Reformulação da muralha da 2ª metade do século XV e estrutura; unidade [451], adossada a esta mesma reformulação. Fonte: Autores.

A unidade [447], sedimento de coloração castanha, castanha esbranquiçada de matriz arenosa enche um interface vertical, [448], de função desconhecida. Este interface vertical corta, quer o sedimento identificado com a UE [453], quer a estrutura/embasamento à qual lhe foi atribuída a unidade [458]. O espólio recolhido deste enchimento foram alguns fragmentos de telha "marselha".

A estrutura/embasamento identificado com a UE [458], embora não lhe possamos atribuir com segurança uma cronologia e funcionalidade, está no extremo Oeste da sondagem, prologando-se para lá desta, e sabemos que é anterior à reformulação feita na muralha [469], na segunda metade do século XV. Conjugando este dado com as plantas existentes, podemos lançar a hipótese de que esta estrutura/embasamento poderá ter feito parte da Torre de Menagem (Figura 33, 34, 35 e 36).



Figura 33. Possível embasamento da Torre de Menagem. Fonte: Autores.





Figura 34. Zona intramuros; perspetiva SE. Fonte: Autores.



Figura 35. Zona extramuros; perpetiva NW-SE. Fonte: Autores.





Figura 36. Liça, muralha, bancada de tiro e alcáçova. Vista de NW. Fonte: Autores

4.3. Síntese

Após a conclusão dos trabalhos arqueológicos nas duas áreas intervencionadas em Miranda do Douro foi possível estabelecer a seguinte sequência estratigráfica.

No setor 1 foi possível estabelecer estratigraficamente 5 níveis/fases de ocupação.

O 1º nível identificado é da época contemporânea e é composto pelas terras escuras que compõem atualmente a superfície do espaço.

O 2º nível, também da época contemporânea, é composto por um uma infraestrutura para condução de água, um tubo de ferro com a respetiva vala.

O 3º nível diz respeito ao entulhamento/colmatação do local, após o abandono da estrutura militar identificada como o hornaveque e que podemos cronologicamente balizar entre os séculos XIX e XX.

O 4º nível diz respeito a um nível de incêndio, identificado na sondagem 03, e que provavelmente será fruto da guerra do Mirandum em 1762. Este nível pode ser datado, com alguma segurança, de finais do século XVIII.

O 5º nível diz respeito, quer à estrutura construída em terra/argamassa compactada, posta a descoberto na sondagem 01, quer ao nível de circulação posto a descoberto nas sondagens 02 e 03. Quer esta estrutura, quer os níveis de circulação, foram interpretados como fazendo parte do hornaveque que existia no local, sendo a sua cronologia do século XVIII.

No setor 2 foram possíveis de identificar 9 fases de ocupação/abandono.



Rui Pinheiro, Pedro Dâmaso // Intervenção Arqueológica na Muralha Medieval/Moderna do Castelo de Miranda do Douro 2018/2019: resultados finais // doi. // http://www.cda.ipt.pt/?pagina=vinculo_cta&seccao=Antrope

A fase 1, da época contemporânea, corresponde à implantação de um tubo de ferro e respetiva vala, para condução de água.

A fase 2 corresponde às terras escura, que foram agricultadas no século XX.

A fase 3, também da época contemporânea, corresponde à construção dos muros em pedra seca que permitiram a construção do espaço ocupado pelas leiras existentes no local.

A fase 4 corresponde a uma série de aterros, constituídos por vários sedimentos e por vários derrubes, uns por ruína natural outros fruto da Guerra do Mirandum em 1762, e podemos datar esta fase de finais do século XVIII, século XIX.

A fase 5 corresponde à construção de diversas estruturas para adaptar o castelo de Miranda do Douro ao uso de armas de fogo. Cronologicamente, podemos balizar este nível entre os séculos XVII/XVIII.

A fase 6 corresponde à construção da estrutura em pedra seca, uma possível 1ª tentativa de construção de uma bancada de tiro, e ao sedimento sob esta estrutura. Podemos balizá-la entre os séculos XVI e XVII.

A fase 7 corresponde à construção, na segunda metade do século XV, da estrutura onde estão abertas as troneiras e estruturas coetâneas. A esta fase corresponde a reformulação verificada na muralha medieval.

A fase 8 corresponde à construção da barbacã, à zona interior desta liça, à porta de acesso ao interior da liça, ao "vestíbulo", e à reformulação verificada na área intramuros no extremo Oeste da sondagem 04. Podemos datá-la da 1ª metade do século XV.

Por fim, temos a 9ª fase, que corresponde à construção da cerca medieval e respetiva torre de menagem.

5. Conclusão

Os resultados da intervenção arqueológica efetuada no Castelo de Miranda do Douro proporcionaram a recolha de um importante conjunto de informações relativo à estratigrafia e às estruturas presentes no local, de grande valor histórico, arqueológico e museológico para a cidade de Miranda do Douro.

O principal dado arqueológico foi a identificação e escavação de um troço da muralha medieval, com cerca de 65,5m de comprimento por 2,90m de largura e 1,85m de altura conservada. Associado a este trecho de muralha temos a evolução/adaptação do castelo medieval às novas formas de fazer a arte da guerra.

Da 1ª metade do século XV temos a construção da barbacã e reformulação de todo espaço envolvente desta promovida por D. João I. Da 2ª metade do mesmo século temos a construção da estrutura onde estão abertas as troneiras e estruturas anexas.

Do século XVI ao século XVIII temos a construção/edificação de várias estruturas para adaptação do Castelo de Miranda a uma fortaleza da Idade Moderna.



Por fim temos uma série de derrubes, pós-Guerra de Mirandum, 1762, e uma série de aterros/nivelamentos que testemunham a ruína e o abandono de Miranda como grande praça-forte do Nordeste transmontano.

Referências

- Almeida, M. et. al. (2001). *Itinerário da Faiança do Porto e Gaia*. Porto, Instituto Português de Museus.
- Barroca, M. J. (1990-1991). Do castelo da reconquista ao castelo românico Séc. IX a XII, 89-136. In *Portugália*. Nova Série (Vol. XI-XII). Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Barroca, M. J. (2003). Da Reconquista a D. Dinis (pp. 21-159). In *Nova História Militar de Portugal* (Vol. 1). Mem Martins, Círculo de Leitores.
- Barroca, M. J. (2004). Fortificações e Povoamento no Norte de Portugal Séc. IX a XI, 181-203. In *Portugália*. Nova Série (Vol. XXV). Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Barroca, M. J. (2008-2009). De Miranda do Douro ao Sabugal Arquictetura militar e Testemunhos arqueológicos medievais num espaço de fronteira. In *Portugália*. 193-252. Nova Série. Vol. XXIX-XXX. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Calado, R. S., & Lima, M.G. (2005). *Faiança Portuguesa, Roteiro Museu Nacional de Arte Antiga*. Lisboa, Instituto Português de Museus.
- Costa, A. C. da (1706-1712). Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso reyno de portugal, com as noticias das fundações das cidades, villas, & lugares, que contem; varões illustres, gealogias das familias nobres, fundações de conventos, catalogos dos bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observaçoens. Lisboa, na officina de Valentim da Costa Deslandes impressor de Sua Magestade, & à sua custa impresso.
- Ferreira, C. P. (2006). *A Sé Catedral de Miranda do Douro*. (Dissertação de Doutoramento em História de Arte, Faculdade de Letras de Coimbra, Coimbra, Portugal).
- Gomes, A. (2007). Moedas portuguesas e do território que hoje é Portugal: catálogo das moedas cunhadas para o continente e ilhas adjacentes, para os territórios do ultramar e Grão-Mestres portugueses da Ordem de Malta (5ª ed.). Lisboa: Associação Numismática de Portugal.
- Gomes, P. D. (1993). *A arqueologia das vilas urbanas de Trás-os-Montes e Alto Douro*. (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, Portugal).



- Gomes, P. D. (1993). O povoamento medieval em Trás-os-Montes e no Alto Douro. Primeiras impressões e hipóteses de trabalho. In *Arqueologia Medieval* (pp. 171-190). Porto, Edições Afrontamento.
- Gomes, R. C. (2003). *Castelos da Raia Vol. II: Trás-os-Montes*. Lisboa, Instituto Português do Património Arquitetónico.
- Impey, O. R. (1992). *Cerâmica do Extremo Oriente*. Porto, Casa Museu Guerra Junqueiro, Câmara Municipal do Porto, Divisão de Museus.
- Jacob, J. (2000). Miranda do Douro: uma visão diacrónica. In *Estudos Mirandeses* (pp.237-240). Porto, Granito.
- Mourinho, A. M. (1994). *Guerra dos sete anos ou guerra do Mirandum* (3ª ed.) Miranda do Douro, Câmara Municipal de Miranda do Douro.
- Mourinho, António Rodrigues (1995). *Arquitetura religiosa da diocese de Miranda do Douro-Bragança*. Sendim, Edição do autor.
- Monteiro, J. G. (1999). Os castelos portugueses dos finais da Idade Média: presença, perfil, conservação, vigilância e comando. Coimbra, Colibri.
- Monteiro, J.; Pontes, M. Leonor (2002). *Castelos Portugueses*. Lisboa, Instituto Português do Património Arquitetónico.
- Mendes, José M. A. (1985). Trás-os-Montes nos finais do século XVIII (Alguns aspectos económico-sociais). In *Revista Estudos Contemporâneos* (2ª ed.). Bragança, Instituto Politécnico de Bragança.
- Noé, P. (2014). Fortificações Medievais e Modernas. Sacavém, IHRU, IP.
- Oliveira, A. M. (2015). *Castelo de Outeiro, um marco na fronteira transmontana*. (Dissertação de Mestrado em Arqueologia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, Portugal).
- Lemos, F. S. (1993). *O Povoamento Romano de Trás-os-Montes Oriental*. (Dissertação de Doutoramento, Universidade do Minho, Braga, Portugal).
- Lima, A. M. de C. (2013). Fortificações e vias de comunicação no curso terminal do Douro (Séculos IX-XI) (Vol. I). In *Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb (Séculos VI a XVI* (pp. 183-198). Lisboa, Edições Colibri & Campo Arqueológico de Mértola. Lisboa.
- Oliveira, A. L. de (1971). *Miranda na geografia, história e tradição*. Viana do castelo, Gráf. da Casa dos Rapazes.
- Palmeirão, C. (1994). *Os Forais de Miranda: 1286-1510*. Miranda do Douro, Câmara Municipal de Miranda do Douro.
- Pizarro, J. (2005). D. Dinis. Lisboa, Círculo de Leitores.



- Rodrigues, M. (1988). Relatório da escavação arqueológica do castelo de Miranda do Douro. Porto.
- Vaz, E. (2008). A morfologia da cidade: A evolução urbana de Miranda do Douro no espaço e no tempo. Miranda do Douro, Câmara Municipal de Miranda do Douro.
- Verdelho, P. (200). *Roteiro dos castelos de Trás-os-Montes*. Chaves, Câmara Municipal de Chaves.
- Viterbo, F. M. de S. (1988). *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses*. Lisboa, Imprensa Naconal Casa da Moeda.

4.3. Fontes gráficas e documentais

Armas, D. de (2006). Livro das Fortalezas (2ªed.). Lisboa, Edições Inapa.

Barros, J. de (1919). Geographia d'entre Douro e Minho e Trás-os-Montes. Porto, Biblioteca Pública Municipal.

Arquivo Nacional da Torre do Tomo. Recuperado de http://antt.dglab.gov.pt.

Biblioteca Digital Hispánica. Recuperado de http://bdh.rd.bne.es.

Cartas, Plantas, Esboços e Projectos. Recuperado de Cartografia Militar Portuguesa. Séculos XVIII-XIX. Recuperado de http://sidcarta.exercito.pt.

Direção Geral do Património Cultural. Recuperado de http://www.patrimoniocultural.pt.

Direção Regional de Cultura Norte. Recuperado de http://www.culturanorte.pt.

Sistema de Informação para Documentação Cartográfica: o espólio da Engenharia Militar Portuguesa. Recuperado de http://sidcarta.exercito.pt.

Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA). Recuperado de http://www.monument

